

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: AM - Madeira
 Data: 08.11.87 Pg.: 23 18

Jucá: Temos que ser pragmáticos

Presidente da Funai defende uso racional dos recursos indígenas

"Não adianta querer, irresponsavelmente, amarrar o índio sobre os trilhos da história esperando que a locomotiva do progresso pare — ela não vai parar". Com esta postura pragmática, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, discorreu para o **CORREIO BRAZILIENSE** sobre a questão da exploração de madeira em áreas indígenas — assunto polêmico que data desde a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1.500.

Jucá Filho considera que é preciso que o Governo brasileiro tome posições definidas sobre questões sérias e importantes como a exploração dos recursos existentes em áreas indígenas — até porque está mais do que comprovado que os próprios índios querem participar de um processo de desenvolvimento comunitário que os leve à autodeterminação.

Com sua postura pragmática, o presidente da Funai defende, porém, uma exploração absolutamente racional dos recursos indígenas, através de um processo que garanta às comunidades a efetivação de um processo auto-sustentado de sobrevivência.

A íntegra da entrevista é a seguinte:

A Funai tem sido acusada de favorecer a exploração de madeira em áreas indígenas. Por que o governo não impede a devastação das reservas vegetais dos índios?

— Em primeiro lugar é preciso partir de uma premissa básica: a questão indígena não pode nem deve ser tratada sob um ponto de vista passional. Nós temos que ser pragmáticos. O governo brasileiro, a sociedade brasileira tem a obrigação de encarar todas as questões referentes ao índio sob uma ótica absolutamente pragmática. A partir daí, vamos avaliar a questão da exploração de madeira em áreas indígenas. E vamos começar analisando fatos. O primeiro desses fatos diz respeito a uma situação histórica: o índio é espoliado em seu patrimônio desde o ano de 1.500, quando o Brasil foi descoberto. E é preciso lembrar que este País é chamado Brasil exatamente em função da exploração de pau-brasil nas nossas costas pelo colonizador. O processo colonizador é e sempre foi extremamente predatório. Ainda hoje o País vive uma situação de fronteiras de desenvolvimento semelhante àquela encontrada pelos primeiros descobridores. Só que com uma significativa diferença: hoje, o índio sabe o valor da madeira que tem em suas terras; do minério que tem em suas terras e o valor da própria terra em si.

Isto significa que hoje o índio quer explorar seu potencial no tocante às suas riquezas?

— Este é um fato concreto. Mas, vamos fazer uma ligeira avaliação deste processo de contato do branco com o índio. A partir do momento em que o índio toma contato com o branco, ele passa a ter necessidades

de consumo antes inexistentes. A época do Descobrimento, um espelho ou uma micanga eram exemplos de alta tecnologia. E, para os grupos ainda não contactados, continuam a sê-lo. A satisfação das necessidades de consumo — em especial neste século XX, com toda a tecnologia à disposição da humanidade — tende a ser atendida pelas comunidades indígenas, de um lado, ou de outro. Ninguém pode impedir que um índio seja tentado a ter situações de conforto. Todo ser humano tende ao desenvolvimento e o conforto não é privilégio de ninguém: todos têm o direito a tê-lo; inclusive os índios.

Mas eles não têm condições financeiras de alcançar este conforto da civilização sem pagar por isso...

— Exatamente. Até porque o índio não pratica uma economia acumulativa nem mantém relações de troca, num estágio inicial de contato com o branco. Mas, rapidamente, ele percebe — porque é quase impossível se manter um controle total — que o branco pode fazer com que sua qualidade de vida melhore, dentro de uma perspectiva de aquisição de bens de consumo que tornarão sua vida mais fácil. E, como em áreas de fronteira de desenvolvimento, como em Rondônia, por exemplo, é grande o número de pessoas que tem acesso aos índios, fica fácil o branco propor "negócios" para os índios. São negócios que, aparentemente, seguem o caminho mais simples: o garimpo, o aluguel de pastos, a retirada de madeira, etc... Mas é um caminho extremamente danoso e prejudicial às comunidades indígenas. É um processo corrupto, deseducativo e que não contribui em nada



Jucá Filho

para que se implante um sistema de desenvolvimento comunitário que leve à auto-sustentação das comunidades indígenas.

A Funai então concorda com a extração de madeira das reservas indígenas?

— Concorda. Da mesma forma que concorda com a extração de minérios. Fatos são fatos. É inegável que ninguém impedirá o processo de desenvolvimento deste País. Não adianta querer, irresponsavelmente, amarrar o índio sobre os trilhos da história esperando que a locomotiva do progresso pare — ela não vai parar. Ela vai seguir adiante e arrebentar com quem estiver em sua frente. Este é um fato inquestionável. Agora, a Funai não pode concordar, nem concordará nunca, com um processo extrativista predatório, que ocorre ainda hoje no País e que levou, ao longo dos anos, à destruição da Mata Atlântica e das reservas madeireiras dos índios no sul do País. É preciso ordenar e organizar este quadro, de forma a garantir a preservação do meio ambiente, através da exploração racional da madeira, processo que atenda ao desenvolvimento das comunidades indígenas.

Mas, os índios são consultados sobre esta política desenvolvimentista da Funai?

— Os próprios índios fazem contratos diretamente com madeireiras. O que acontece é que os principais beneficiados com isto são algumas lideranças. E isto está errado. Certo que os índios têm desejos e anseios de consumo e que nós não podemos impedir isto. Mas é preciso que se observe também que a Funai não pode atender a estes anseios porque senão nós entraremos numa situação deseducati-

va para com as comunidades. O que estava ocorrendo era que, diante disto, algumas lideranças se beneficiavam e a comunidade ficava relegada a segundo plano dentro deste processo. É uma situação legal, do ponto de vista jurídico; imoral, do ponto de vista social; e completamente errada em termos de educação das comunidades indígenas para a convivência com a sociedade civilizada.

Mas a Funai nunca fez nada para deter a exploração de madeira em áreas indígenas?

— Eu não posso colocar um fiscal atrás de cada árvore. A Fundação Nacional do Índio não dispõe de recursos financeiros, materiais e humanos para impedir que as madeireiras entrem nas áreas indígenas com o aval das próprias lideranças, à revelia da própria Funai. Mas eu posso fazer o que ninguém até hoje teve coragem de fazer: enfrentar a questão e dar um tratamento correto ao assunto. E isto quer dizer garantir uma remuneração justa para a retirada da madeira de áreas indígenas.

Há, entretanto, denúncias de ilegalidade na realização destes contratos entre madeireiras e índios, com interveniência da Funai...

— Eu parto de um princípio muito simples para responder a isto: a legislação em vigor — Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, "Estatuto do Índio" — permite, em seu Artigo 46, a retirada de madeira de áreas indígenas. E imponho uma constatação: a de que a regulamentação dos contratos envolvendo índios e madeireiras atinge frontalmente a interesses contrariados e contraditórios. De um lado, os interesses daqueles que vinham, até agora, se beneficiando da falta de controle de um órgão de governo sobre a questão — e, por isso mesmo, auferindo grandes vantagens; e, de outro lado, grupos ou entidades que desejam, como disse anteriormente, sob uma pseudo-ótica preservacionista, impedir que os índios possam desenvolver-se comunitariamente, como é seu desejo. E mais, no tocante à legalidade dos contratos, é preciso que fique claro que eles foram legalmente firmados pela Funai em benefício das comunidades que já possuem adequado nível de compreensão da sociedade envolvente. Estes contratos exigem, ainda, um projeto de manejo sustentado aprovado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Mas como a Funai firma contratos com empresas sem que haja esta anuência prévia com o IBDF?

— A Funai e o IBDF estão trabalhando conjuntamente para determinar as formas de atuação de madeireiras em áreas indígenas. Mas nós temos que trabalhar sobre fatos. Hoje, há inúmeras madeireiras, acobertadas pelas lideranças, em áreas indígenas. O que eu faço? Desconheço esta realidade ou tomo providências para salvaguardar o interesse das comunidades indígenas? Evidentemente que opto pela segunda opção. Aliás, é uma opção minha desde que cheguei a esta instituição. Não tenho o direito de permitir a exploração irracional, inconsequente e ilegal de madeira em áreas indígenas. Mas tenho o dever de proteger o patrimônio indígena. No caso da extração de madeira, preciso do apoio do IBDF.

A imprensa, porém, vem explorando e argüindo a ilegalidade dos contratos referentes à exploração de madeira na área de Rondônia. A Funai já firmou posição sobre a questão?

— Firmou a mesma posição que tem firmado sempre que há denúncias contra seus funcionários. Ainda ontem eu determinei à Coordenadoria do Patrimônio Indígena que efetuasse completo levantamento sobre todos os contratos, com ou sem interveniência da Funai e que sejam tomadas as medidas administrativas legais cabíveis para sanar quaisquer irregularidades. Também instaurarei uma comissão de sindicância para apurar eventuais irregularidades no âmbito da 2ª Superintendência Executiva Regional da Funai, que abrange o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Afastei, a pedido e até que se esclareçam os fatos, o superintendente da 2ª Superintendência e nomeei o presidente da comissão de sindicância, Nilson Campos Moreira, como superintendente. Finalmente, com relação ao grupo de investigação que apurou as denúncias relativas à administração regional de Cacoal, encaminhei o relatório do grupo à Polícia Federal e solicitei investigações sobre as atividades de funcionários, ex-funcionários e pessoas estranhas aos quadros da Funai citados no referido relatório. É preciso que as pessoas saibam que o processo administrativo desta instituição é absolutamente transparente. E, acima de tudo, é um processo administrativo responsável e coerente com a realidade das nossas comunidades indígenas.